



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010705-69.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Sistema Nacional de Trânsito**
 Requerente: **CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE SÃO CARLOS SS LTDA**
 Requerido: **DIRETORA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS SP e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória ajuizada pelo **CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE SÃO CARLOS SS LTDA** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN**, alegando, em síntese, que tem por objetivo a formação de condutores e, como tal, é credenciado pela 26ª Ciretran de São Carlos nas categorias "A/B", ou seja, está credenciado para ministrar aulas teóricas e práticas e, muito embora esteja autorizado a ministrar aulas teóricas, cursos e reciclagem para condutores infratores e aulas práticas para todas as categorias de CNH, mantendo veículos para todas essas categoria, fato é que sempre atuou, exclusivamente, ministrando aulas teóricas e praticas para mudança de categorias de CNH para as letras "C", "D" e "E" e, em razão dessa exclusividade, os veículo que mantém, destinados à preparação de candidatos para as categorias de CNH "A" e "B", nunca foram utilizados em sua atividade funcional, mas geram gastos com guarda, manutenção, conservação, licenciamento etc., que no seu entender são desnecessários. Na tentativa de solucionar administrativamente a questão, encaminhou requerimento à 26ª Ciretran de São Carlos, narrando os fatos e informando que, por não ministrar curso de prática veicular para categorias de CNH "A" e "B", não manteria veículos automotores para tal finalidade, requerendo a expedição dos alvarás competentes, mas teve o seu pedido indeferido, com fundamento na previsão contida no § 3º, do artigo 2º da Portaria DETRAN nº 540/99, tendo sido informado de que, se optasse pela exclusão dos veículos, não poderia continuar exercendo suas atividades e seria bloqueado.

Pela decisão de fls. 192/193 foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela.

O Departamento Estadual de Trânsito apresentou contestação (fls. 205/212), alegando que, não obstante a competência do CONTRAN em estabelecer normas gerais ao credenciamento dos Centro de Condutores, compete aos DETRANs locais minudenciar esta regulamentação. Sustenta que a dispensa de possuir veículo para alguma das categorias de condutores traz prejuízo aos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

recebimento da prestação do serviço, resultando em imperícia dos condutores e que para que seja credenciado na Categoria "A/B", deverá o Centro de Formação de Condutores cumprir conjuntamente os requisitos exigidos individualmente para os da categoria "A" e "B", com veículos para cada uma destas categorias.

É o relatório

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O pedido merece acolhimento.

Dispõem os artigos 141 e 156 do Código Nacional de Trânsito o que segue:

Art. 141 - O processo de habilitação, as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos e à autorização para conduzir ciclomotores serão regulamentados pelo CONTRAN.

Art. 156 - O CONTRAN regulamentará o credenciamento para prestação de serviço pelas auto-escolas e outras entidades destinadas à formação de condutores e às exigências necessárias para o exercício das atividades de instrutor e examinador.

Nesta linha, é do CONTRAN a competência para regular a respeito do credenciamento dos centros de formação de condutores.

No exercício de tal competência, houve por bem editar a Resolução 74/98, que, de fato, foi revogada pela Resolução 358/10.

Contudo, esta nova norma, em seu artigo 7º, parágrafo 5º, manteve o mesmo entendimento da norma anteriormente revogada, no que tange a exigência de que os centros de formação de condutores possuam veículo automotor da categoria pretendida pelo candidato e não veículos para todas as categorias de habilitação, a saber:

Art. 7º As auto-escolas a que se refere o artigo 156 do CTB, denominadas Centros de Formação de Condutores – CFC são empresas particulares ou sociedades civis, constituídas sob qualquer das formas previstas na legislação vigente.

Parágrafo quinto - O CFC só poderá preparar o aluno para o exame de direção veicular se dispuser de veículo automotor da categoria pretendida pelo candidato.

E, ao contrário do entendimento do requerido, o artigo 8º, inciso III, da Resolução 358/10, não impede o atendimento ao pedido do autor, apenas dispôs acerca dos veículos certos para cada categoria de aprendizagem.

Como se vê, a Portaria 540/99 do Detran, ao exigir que a auto-escola possua no mínimo um veículo para cada uma das categorias de condutores previstos no Código de Trânsito Brasileiro, extrapola seu poder regulamentar, além de não ser razoável a obrigação, dos centros de formação, em dispor de caminhões, de alto custo destinados a condutores não atendidos por eles.

Neste sentido, a jurisprudência do E.TJ/SP é unânime.

Dessa forma, o ato do requerido evidencia ofensa a direito líquido e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

certo do autor, razão pela qual procedência do pedido é medida que se impõe.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada, com fundamento no artigo 269, I do CPC, para autorizar o autor a manter os veículos devidos e necessário para o desenvolvimento da atividade de ministrar cursos de aprendizagem e prática veicular - Categoria "B"- para candidatos à mudança de categoria de CNH para as letras "C", "D" e "E", ficando desobrigado de manter veículos para a habilitação de candidatos em outras categorias de CNH.

Condeno o requerido a arcar com os honorários advocatícios, fixados, por equidade, em R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), sendo isento de custas, na forma da lei.

P . R . I .

São Carlos, 20 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**